

ACTA Nº 13/2013/2017 - ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016----

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu no salão na Delegação Norte, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pelo seu Presidente, Manuel António da Silva Milhazes, e secretariada por Maria de Fátima Torres Alves e Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro. Verificadas as presenças constatou-se estarem presentes dezanove membros. A lista de presenças constará como anexo nº 1-----

Estiveram presentes à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e os elementos do executivo, com excepção de Delfim Brás. -----

Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as actas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

1º - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

2º- Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a autarquia. -----

3º- Discussão e votação para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017. -----

4º- Discussão e votação para aprovação do Mapa de Pessoal. -----

5º- Discussão e votação para aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas. -----

6º- Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, nos termos da alínea o) nº 1 do artº 17 da Lei 5ª/2002, referente aos meses de Agosto a Outubro de 2016. -----

7º- Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, cumprimentou os presentes e deu início à sessão. -----

Questionado o público, ninguém mostrou interesse na inscrição para intervir no ponto 7. -----

1º - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, apresentou cumprimentos e disse que tem um reparo a fazer na acta da sessão anterior, pois onde se fala nas passadeiras e lombas junto ao campo de futebol, deve mencionar-se que as mesmas foram solicitadas, mas ainda não estão lá colocadas. Após esta correcção, que fica mencionada na acta de hoje, o Presidente colocou a acta em votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

2º - Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a Autarquia. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes deu a palavra aos deputados por ordem de inscrição. -----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, dirigiu cumprimentos a todos os presentes e propôs que se delibere um voto de pesar pelo falecimento aos 102 anos de Alice Rodrigues Maio Ribeiro, mãe do companheiro de assembleia Francisco Ribeiro, que se guarde um minuto de silêncio em memória e que se manifestem condolências a Francisco Ribeiro e familiares, transmitindo o teor do

Voto de Pesar. A sua intervenção constará como anexo 2 e fará parte integrante da acta -----

O Presidente colocou em votação e o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, pelo que se realizou de seguida o minuto de silêncio. -----

Continuando no uso da palavra, Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, felicitou o Presidente e o seu executivo pelos almoços de Natal realizados em Beiriz e Argivai, pois considera a iniciativa importante, adequada e oportuna. Pergunta se já há alguma informação sobre o Concurso de Ideias e qual foi a adesão e queria saber se quando a Junta solicita à Câmara assuntos relacionados com contentores, água, luz e outros das freguesias, depois verifica se os assuntos foram ou não resolvidos ou se é necessário reforçar os pedidos. -----

Mário Jorge Ferreira Fernandes, do PSD, apresentou cumprimentos e solicitou a apreciação de uma proposta. Após explanação de histórico da associação amizade de Santa Eulália de Beiriz a cuja direcção preside, disse que a associação se debate com falta de instalações próprias o que tem impedido um maior crescimento da mesma. Sendo a União das Freguesias proprietária de um prédio na Rua do Passal em Beiriz, com um logradouro situado na parte de trás do edifício, que seria o local indicado para a construção das instalações(pavilhão) para a associação, pelo que propõe que a assembleia autorize a apreciação e decisão da proposta da constituição de Direito de Superfície e que decida constituir Direito de Superfície a favor da Associação Amizade de Santa Eulália de Beiriz, conforme sua intervenção que constará como anexo 3 e fará parte integrante da acta. -----

Manuel Albino Gonçalves Silva, do PS, cumprimentou os presentes e disse que como é de conhecimento público a junta de Freguesia atribui um subsídio à Argevadi, mas pergunta se o Sr. Presidente tem conhecimento do prazo de conclusão das obras e para quando a abertura da creche. Pede para que se voltem a encetar diligências junto da autarquia para substituição de contentores por contentores com pedal e para que sejam colocados em locais sem declive, para que as tampas se mantenham fechadas. Pede esclarecimentos sobre as razões do afastamento da Junta de Freguesia da organização do Congresso de Violência Doméstica. Após longa explanação sobre a recente colocação e quantidade de lombas no Concelho questiona se o Presidente foi ouvido em relação a esta matéria e tendo em conta a proximidade com a população, qual a sua opinião sobre a colocação de tantas lombas. Finalizou desejando Santo Natal e Próspero Ano Novo. A sua intervenção constará como anexo 4 e fará parte integrante da acta. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, apresentou cumprimentos e disse ter dirigido duas cartas , uma ao Presidente da Junta e outra ao Presidente da Mesa, continuando á espera da resposta á primeira, pelo que continua sem saber o que desapareceu com a burla existente nem com os assaltos, também não sabendo o estado dos processos a decorrer em Tribunal. Ou seja, nada sabe sobre assuntos que lesaram gravemente o património desta junta, pelo que questiona por escrito e exortou o Sr. Presidente da Assembleia a que colocasse na Ordem de Trabalhos a discussão desta sistemática perda patrimonial, mas justificou o Sr. Presidente a impossibilidade de inclusão, com a proximidade desta referida Assembleia. Deixa várias perguntas como se será legal aprovar um orçamento previsional e plano de actividades sem conhecer o imobilizado, se haverá ou não segredo de justiça decretado no caso Websys, se o Sr. Daniel Bernardo é arguido ou não num processo e se isso envolve ou não a Junta, quem está a

pagar essas despesas, porque não havia seguro em Argivai e se não seria melhor fazer uma assembleia extraordinária para responder a estas perguntas. A sua intervenção constará como anexo nº 5 e fará parte integrante da acta. ----
António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, apresentou cumprimentos e disse que se gosta de dar os parabéns quando acontecem coisas boas, também gosta de mostrar divergências quando os assuntos em causa não são do seu agrado. Diz que quer confirmar se Augusto Moreira e Delfim Brás moveram algum processo judicial contra o Presidente e pergunta porque o Presidente da Junta o contactou para uma reunião onde lhe comunicou que iria fazer parte de um processo que iria, ou vai, ou pensou em movimentar, contra Augusto Moreira, por actos menos correctos que teria praticado em proveito próprio, falou ainda do ex secretário da junta de Argivai que também estaria envolvido e informou que estava á vontade, pois não teme nada do que em Argivai se deliberou, mas que sabe que há tempos atrás o Presidente mandou pintar no Largo do Padrão uma faixa amarela na via pública e zangou-se com o pintor, por ele ser amigo do ex presidente, mas quem pagou o trabalho foi a Junta que requereu a proibição de estacionamento, só lamento que a politica seja tão feia e só com oportunidades e proveitos para alguns. Continuou dizendo que depois de ouvir na ultima assembleia a intervenção do Sr. Gui Reis, que quer ser esclarecido em alguns pontos, como quem assinou a devolução dos documentos que ele diz ter enviado e se quem assinou sabia o conteúdo dos mesmos ou estava previamente avisado pelos responsáveis do executivo e da assembleia e se a junta foi levada pelo conto do vigário, porque se pediu a dissolução da empresa em causa e que lamenta que se tentasse abafar este triste caso. Disse também que lendo as actas da Junta verificou que foi aprovada por unanimidade a 3ª proposta de alteração orçamental e que não acha correcto, porque devia ser discutido na assembleia. Queria ainda saber se já foi atribuído o subsídio previsto para as obras da capela da Srª do Bom Sucesso. A sua intervenção constará como anexo 6 e fará parte integrante da acta. -----

Joana Viera da Silva, do PS, cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista colaborou de bom grado quando se formou um grupo de trabalho para a realização do Regulamento do Concurso de Ideias, mas após lerem o regulamento final, enviaram ao Presidente da Junta, uma recomendação onde pretendem a suspensão do concurso e nova análise do regulamento que será depois aprovado pelo executivo e assembleia e que a proposta do Concurso de ideias faça parte do próximo plano de Orçamento para 2017, e enviaram ainda uma proposta de alteração ao regulamento e uma vez que não foram acolhidas as alterações queriam ser esclarecidos sobre as razões, se foi porque não concordava com elas ou se nem sequer foi discutido o assunto e queria saber como está a decorrer o concurso em termos de adesão. -----

A sua intervenção constará como anexo nº 7 e fará parte integrante da acta, assim como a Recomendação e a Proposta de Alteração. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, disse que é com alguma tristeza que verifica que alguns problemas básicos, pintura de passadeiras, colocação de lombas, rectificação de paragem de autocarros, continuam por resolver. Disse ainda que achava que a Junta de Freguesia deveria agradecer publicamente a um grupo de pessoas que gratuitamente, colaboraram na obra do salão de Argivai. Desejou a todos Feliz Natal e Próspero Ano Novo.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo que passou a esclarecer: No Concurso de Ideias deram entrada até hoje 8 propostas

e até admite que o Regulamento tenha algumas lacunas pois não tem formação em direito para analisar, mas a reunião foi efectuada com a presença de um representante de cada partido e todos concordaram com o resultado final sem colocar qualquer objecção, sendo feita uma acta que comprova isso mesmo. Se houver qualquer dúvida pontual, será rectificada e esclarecida, mas não vê motivos para anular o concurso nem alterar o regulamento, uma vez que exprime a vontade de todos. Quanto á substituição ou limpeza de contentores, teve uma reunião com a responsável do pelouro, que disse aguardar uma viatura nova para efectuar um melhor serviço. No lugar de Calves já teve início a obra de reabilitação e está a correr bem. Referente á cedência de terreno para sede social da Associação Santa Eulália de Beiriz, recorda que o terreno está cedido à Stª Casa da Misericórdia até 2019, para ser efectuado um Centro de Dia, pelo que não poderá haver cedências de algo que não é pertença da Junta até essa data. Além disso, é de opinião que o assunto deve ser levado ao Executivo, que após análise o poderá levar à Assembleia de Freguesia. A Argevadi devido a vários atrasos, por falências de empreiteiros, ainda não terminou o que se propôs fazer, a Câmara até já disponibilizou verbas para cumprirem alguns compromissos e a Junta está atenta e acredita que quem lá está, está de boa fé e segundo informação em breve irão iniciar as obras da creche. Não participamos no Congresso de Violência Doméstica porque a outra parte envolvida não queria colaboração, queria patrocínio, pelo que a Junta teria de suportar a maior parte das despesas sem contrapartidas. Quando as lombas são necessárias em Beiriz ou Argivai, a Junta solicita á Câmara Municipal a sua colocação, sendo na cidade, a Junta nada tem nada a haver e no caso da colocação das lombas na Avenida dos Banhos o Presidente também considera um disparate o exagero no número de lombas colocadas, mas ninguém pediu opinião sobre este assunto. Não deu resposta ao pedido de esclarecimento por escrito, porque teve de reunir dados e para já informa que os equipamentos em falta, foram facturados mas fisicamente ninguém sabe o que são, sendo um servidor de serviços interno, hardware de segurança e servidor de qualidade. O assunto está em segredo de justiça e a queixa crime foi feita e tem o numero de processo 553/16-1T9PVZ. A participação dos assaltos e os valores substraídos foram participados em reuniões do Executivo e constam das respectivas actas, mas volta a referir que o valor do assalto ao edificio na primeira vez foi de 6825,62 euros em dinheiro, valores para pagamento de reformas, valores do mealheiro dos leprosos e dos bombeiros e valores de aluguer do salão da Argevadi, que a funcionária, alugava, recebia e colocava no cofre da Junta, uma toalha bordada a ouro e documentos. Cerca de 2000,00 euros foram já reembolsados pelo seguro. No segundo assalto, ao armazém, o valor ronda 2900,00 euros em máquinas. Este armazém não estava no seguro, por desconhecimento do Presidente que achava que o seguro que transitou da anterior Junta era de abrangência total. O Mapa de Imobilizado não consta desta Assembleia porque segundo a lei, tem de acompanhar o Relatório e Contas. Já por diversas vezes foi explicado que as alterações orçamentais são da responsabilidade do Executivo, pelo que não têm de ser aprovadas em Assembleia e que não mexem com valores totais, apenas se transferem verbas entre rubricas. Sobre o processo relacionado com Delfim Brás, o Presidente diz que não gosta de falar em pessoas que não estão presentes, mas explica que existe um processo já com algumas resoluções, mas como ainda nada tem de oficial não pode informar mais e que existe um processo administrativo onde

Delfim Brás pede para receber os valores referentes ao vencimento de tesoureiro, que segundo ele tem direito a receber e que nesse processo constam como testemunhas Augusto Moreira e Esmeralda Carmo. Lembra que já agradeceu por ofício individual a cada pessoa que colaborou na obra em Argivai e que agradeceu a todos em conjunto e publicamente no Natal do Idoso de 2015, em Argivai e que tudo isto consta das actas. Os documentos foram devolvidos porque vinham dirigidos à Junta de Freguesia, o que não é correcto, têm de ser dirigidos ao Presidente da União das Freguesias. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, lembrou que quando lhe pediram para alterar a Ordem de Trabalhos desta Assembleia, já estava todo o processo da assembleia concluído e não foi por isso possível e quanto às cartas que disseram que lhe enviaram nada veio dirigido ao Presidente da Assembleia, pelo que nada recebeu. -----

Manuel Milhazes disse á Assembleia que uma vez que o terreno referente á proposta de Mário Fernandes não é todo da União das Freguesias, pois está entregue até 2019 á Santa Casa apenas coloca a proposta como recomendação para ser analisada pelo Executivo no futuro. -----

Jonhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, pediu para intervir, apresentou cumprimentos e disse que a proposta tem o apoio do Partido Socialista, mas teria de ser apresentado um projecto ao Executivo para ser analisado e posteriormente é que viria à assembleia, mas que só terá cabimento este assunto, quando se puder dispor do terreno completo.-----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, pediu para intervir e disse que não conhece os terrenos mas queria esclarecer se no caso da cedência do terreno, após o pavilhão feito o irão partilhar com outras associações da freguesia ou do concelho ou se será para uso exclusivo. Mário Fernandes disse que a ideia é qualquer um poder usar o espaço. -----

Colocada pelo Presidente da Assembleia a recomendação em votação, foi aceite por unanimidade a recomendação para que o Executivo analise esta situação no futuro, quando o terreno em posse da Santa Casa da Misericórdia reverter para a União das Freguesias. -----

3º- Discussão e votação para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017. -----

Jonhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, no uso da palavra, disse que reconhece melhorias na apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017 e que realça das notas prévias o papel que o GUS tem, sendo importante que a Junta reforce o apoio a este Gabinete. Conclui que o Orçamento é mais baixo que o normal e que o acha mais correcto e realça com agrado o terem acolhido as sugestões que fizeram. As despesas com Pessoal têm um peso significativo e sem possibilidade de redução, mas em relação a aquisição de bens e serviços e em transferências correntes, acha que a Junta com uma gestão mais rigorosa, pode reduzir estes valores libertando verbas para investimento. Lembra que assumiram uma oposição construtiva e é com agrado que registam o acolhimento de algumas das propostas que fizeram, tais como dinamizar a biblioteca de Beiriz, requalificar e pavimentar a cangosta dos Loureiros e construção de parque infantil em Beiriz e dotar Argivai com uma biblioteca e construção de Parque Infantil e para a Póvoa de Varzim, a construção de nova sede para a Junta, salvo melhor proposta na Escola de Nova Sintra. E porque o documento esteve aberto a novas ideias e propostas e é ambicioso, o Executivo deu o primeiro passo, sendo agora a vez da assembleia

dar o segundo passo, pelo que votarão a favor. A sua intervenção constará como anexo nº 8 e fará parte integrante da acta. -----

Igor Alberto Brandão C. S. Oliveira, apresentou cumprimentos e referiu que é estratégia orçamental empolar do lado da recita, levando a igualar do lado da despesa, o que permite depois a dança de valores entre rubricas sem necessidade de revisão orçamental o que é de total desonestidade para quem colaborou ou votou o documento em questão. Já alertou para a situação, mostrando que a execução orçamental do ano transacto ficou longe do orçamentado em cerca de 300 mil euros. Diz-se espantado com o aumento da rubrica de custos com pessoal e com a redução em aquisição de bens de capital, pois este executivo gasta três vezes mais com pessoal do que com investimentos nas freguesias e os gastos com pessoal irão ser superiores a metade do orçamento, provando que este presidente pouco mais faz que pagar a funcionários ao final do mês. A sua intervenção constará como anexo nº 9 e fará parte integrante da acta -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, cumprimentou os presentes e disse que a primeira impressão que lhe ocorre ao ler as Grandes Opções do Plano e Orçamento e que estamos perante uma equipa parada no tempo, burocrática e sem ideias, que desenrasca uma ou outra situação mas não consegue assumir responsabilidades e iniciativas inerentes à actualidade que vivemos. Colocam o desejo de uma nova sede, mas o orçamento não é local para desejos, pelo que devem diligenciar junto do Presidente da Câmara uma discussão séria sobre o assunto. Embora reconheça os sentimentos religiosos de grande parte da população, a dedicação e fervor religioso, lembra que vivemos num estado laico pelo que não entende que sejam utilizados dinheiros públicos para reconstrução ou restauração de templos religiosos ou subsidiar confrarias e irmandades, quando se atribuem verbas irrisórias para a cultura ou Para a acção social. Sublinha o lado positivo do Gabinete de Urgência Social, que encara os idosos com respeito e dignidade e considera as verbas atribuídas a esta área insuficientes. Pergunta se a junta foi consultada sobre a obra de recuperação da Escola da Lapa. Não encontra referências no documento que analisou às questões de educação. Finalizou desejando Feliz Natal e 2017 com ideias em prole dos concidadãos. A sua intervenção constará como anexo nº 10 e fará parte integrante da acta. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, disse não poder votar favoravelmente este plano de actividades porque é o mesmo todos os anos, e seria incoerente, pois com pequenas mudanças, volta-se a fazer em 2017 o que foi proposto em 2016 e não foi feito. Afirmar ser a terceira vez que se vota para ajudar a Capela da Srª do Bom Sucesso, em Argivai. Também considera o plano de actividades faraónico, porque considera absurdo falar da Escola de Nova Sintra como nova sede da Junta, quando em notícias do jornal já foi apresentado como futuro centro de dia e centro de actividades para idosos, e entre um trono para o Gus e um centro de dia, opta pelo centro de dia. Diz que o Plano de actividades é ruinoso, com passo acelerado para a ruína financeira, pois observa que com pouca obra e muita promessa oca se vão esvaziando os cofres da Junta e de ano para ano transita menos capital. Finaliza dizendo que reconhece que tanto o plano de actividades como o orçamento são geniais, mas que se dão mal, pois são irreconciliáveis e continua a não perceber como com tanto dinheiro se faz tão pouco, não percebe se é falta de ambição ou falta de vontade. Afirmar que vota contra, mas que não é contra Daniel Bernardo nem os elementos da junta

e até elogia a sua dedicação e dá os parabéns pelo trabalho que tem sido feito. A sua intervenção constará como anexo nº 11 e fará parte integrante da acta. -- Esmeralda M^a M. Carvalho D. Carmo, do CDS-PP, apresentou cumprimentos e chamou atenção para algumas rubricas no orçamento com que não concorda pois entende que deveriam estar noutras, pois existem discrepâncias e verbas separadas em Desporto, em Cultura e Acção Social e em actividades diversas, cujos valores não ficam bem esclarecidos. Disse também não entender porquê que os valores de taças e troféus não estão incluídos na rubrica desporto e estão á parte. Também considera algumas verbas muito altas e é de opinião que deveriam ser melhor aplicadas. Desejou Feliz Natal e Bom Ano Novo. -----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, disse que sendo este o último plano de actividades e orçamento a aprovar neste mandato, refletiu sobre os conteúdos dos documentos nos últimos anos e na dinâmica das suas aprovações. Os três planos anteriores foram alvo de estratégias sempre diferentes e este que agora está em aprovação, volta a incorporar nova estratégia para viabilizar a sua aprovação e depois de lido e analisado deixa algumas preocupações pois parece uma soma de propostas avulsas com falta de elementos estratégicos agregadores e tem consciência que as pessoas da nossa freguesia mereciam um plano de actividades mais arrojado, dinâmico e interactivo, mas como sabe que os fundos são limitados vota favoravelmente, no sentido das populações de Beiriz, Argivai e Póvoa de Varzim, serem merecedoras de todo o respeito, empenho e responsabilidade para uma melhor qualidade de vida. Desejou Boas Festas a todos. A sua intervenção constará como anexo nº 12 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que esteve a ouvir e que se deixou para último de propósito, pois esteve a ouvir todos com muita atenção, pois existe muito descontentamento da população, principalmente em Beiriz e que ao longo de mais de vinte anos ouviu promessas e pôs em dúvidas juntas e assembleias, pois quem não se sente não é filho de boa gente. Disse que foram prometidos e aprovados os arranjos urbanísticos do largo do Sr^o dos Milagres e do Largo da Sr^a do Bom Sucesso e para 2017 esses assuntos foram ignorados pelos políticos e que o povo de Argivai já arranjou a igreja, vai reparar a capela e se existem dificuldades em cortes a efectuar informa que a proprietária da quinta do lado norte do Sr^o dos Milagres cede espaço para alargamento e que até o cruzeiro pode agora ser colocado. Fez ainda declaração de voto contra a aprovação do Plano de actividades e orçamento porque nada justifica a falta de palavra e segundo ele o cumprimento da lei tem sido ignorado e que irá lutar para mudar o pensamento que os deputados eleitos não servem para nada. A sua intervenção e declaração de voto, constarão como anexo nº 13 e fazem parte integrante da acta. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes, deu a palavra ao Presidente do Executivo Daniel Gonçalves Bernardo, que passou a esclarecer: Lembrou que taças e troféus incluídas nas rubricas do orçamento, não se destinam apenas ao desporto, mas a diversos eventos que podem ser culturais, sociais e outros e explicou que antes de ser aprovado o plano de actividades e orçamento pelo executivo teve o cuidado de contactar alguns deputados da oposição que tinham mostrado interesse em colaborar com algumas ideias, alguns colaboraram e as suas ideias foram aproveitadas, outros não mostraram interesse. Alertou para o facto de no orçamento anterior terem sido colocadas também alguns pontos indicados pela oposição. Lembra a

Farmácia ao domicílio em Beiriz, que foi implementada e não teve qualquer adesão, tendo até posteriormente a Junta recebido um ofício da Infarmed, que não poderíamos ter este serviço, sem ter uma viatura térmica que permitisse transportar os medicamentos. Recorda o Orçamento Participativo e diz que o atraso que se verificou não foi da responsabilidade da Junta e participa que o prazo para recolha de candidaturas está a um dia de terminar e o projecto terá seguimento. Quanto ao restauro e recuperação da Capela da Sr^a do Bom Sucesso a igreja já recebeu 15 000,00 euros para as obras e irá receber outros 15 000,00 euros, decorrentes deste orçamento. O terreno do Passal, todos sabem que está cedido até 2019 e isto já vem de anteriores juntas, pelo que nada pode ser decidido para já. E Daniel Bernardo terminou a sua intervenção desejando Santo e Feliz Natal e um ano de 2017 repleto de saúde e sucessos. O Presidente da Assembleia colocou em votação o Plano de Actividades e Orçamento para 2017 que foi aprovado com maioria com 7 votos contra e 12 votos a favor. -----

4º- Discussão e votação para aprovação do Mapa de Pessoal. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, entregou declaração de voto contra qualquer alteração do Quadro de Pessoal, pois não considera o momento oportuno pois está próximo de eleições. A sua declaração de voto constará como anexo nº 14 e fará parte integrante da acta. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, no uso da palavra disse que é um insulto á inteligência a leitura deste orçamento e que tem um mapa de pessoal que mesmo com a inflação da receita, se irá gastar com pessoal mais de metade do orçamento disponível desta União das Freguesias, pelo que vota contra. A sua intervenção constará como anexo nº 15 e fará parte integrante da acta. -----

Johnhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, diz que não pode analisar este Mapa de Pessoal sem falar da Proposta de Abertura do Procedimento Concursal, apresentado em 2016 e que foi reprovado por esta assembleia, mas que foi votada favoravelmente pelo Partido Socialista, pois seria a única maneira que a Junta tinha para regularizar a situação do seu quadro de pessoal, dando oportunidade a alguns trabalhadores de regularizarem e acabarem com situações antigas menos claras. Ora, o quadro hoje apresentado, tem 11 trabalhadores em prestação de serviços e temos dúvidas se alguns não serão falsos recibos verdes e mais 2 trabalhadores dos quais não sabemos qual o enquadramento legal, pelo que este é um quadro de duvidosa legalidade, embora saibamos que situações menos claras foram herdadas com a agregação das freguesias. E porque este não seria o quadro que o Presidente desejaria apresentar, mas uma consequência de uma proposta recusada, não sendo, portanto da responsabilidade do executivo mas dos deputados desta assembleia que não só não permitiram a regularização como não permitiram que hoje se discutisse um quadro de pessoal que dignificasse a junta e como não usamos como argumento político os trabalhadores ou o seu direito á estabilidade no emprego, o partido socialista vai-se abster nesta votação. Finaliza a sua intervenção desejando Festas Felizes a todos. A sua intervenção constará como anexo nº 16 e fará parte integrante da acta. -----

O Presidente Daniel Bernardo, no uso da palavra, lembrou que a Abertura do Procedimento Concursal foi reprovado pela Assembleia mas que o Governo solicitou a todo o país a relação dos precários para regularizar a situação dos funcionários. Disse ainda que este quadro de pessoal está o mais explicito possível, para que não suscite dúvidas. -----

Sem mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou o Mapa de Pessoal em votação e o mesmo foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 5 abstenções. -----

5º- Discussão e votação para aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas. -----

Ninguém quis intervir e Manuel Milhazes, Presidente da Assembleia deu início á votação, tendo sido aprovado o Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas, por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções. -----

O Presidente da Assembleia, solicitou a aprovação dos pontos 3, 4 e 5 em minuta, para que possam exercer efeitos legais a partir desta data e foi aprovado por unanimidade

6º- Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, nos termos da alínea o) nº 1 do artº 17 da Lei 5ª/2002, referente aos meses de Agosto a Outubro de 2016. -----

Joana Viera da Silva, do PS, pediu esclarecimentos sobre alguns pontos da despesa, querendo saber o que é a plataforma Fresoft, a que diz respeito a verba constante de assessoria jurídica e custas processuais, o porquê do valor em Procedimentos Concursais, uma vez que o mesmo foi reprovado pela assembleia e questionou se o valor de Passeio dos Idosos estaria ou não correcto pedindo ainda para que o Presidente fizesse um pequeno balanço referente aos Passeios efectuados. Finalizou desejando a todos os presentes, Santo Natal e Próspero Ano Novo. A sua intervenção constará com anexo 17 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, questionou o valor gasto em assessoria judicial, dizendo que deveria haver uma parceria entre poder local e central para este tipo de serviços, o que evitaria estes gastos. -----

Daniel Bernardo esclareceu que para ir á assembleia o procedimento concursal teve de ser movimentado e as despesas inerentes tiveram de ser pagas. Disse que a plataforma Fresoft é a plataforma informática com que a Junta trabalha actualmente em todos os assuntos administrativos, incluindo, contabilidade, recursos humanos, salários, impostos e património. Explicou que se o Presidente tem processos judiciais contra ele, tem de se defender e quanto ao Passeio dos Idosos, a verba que consta é residual, não constam ainda as verbas na totalidade e correu tudo muito bem, a organização foi excelente, e aderiram cerca de 1200 utentes, das 3 freguesias.

7º- Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

Ninguém se inscreveu. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Manuel António da Silva Milhazes, agradeceu a presença de todos, desejou Festas Felizes, Santo Natal e Próspero 2017 e deu por encerrada a reunião quando eram vinte e três horas quinze minutos. -----

De tudo para constar, se lavrou a presente acta.-----